

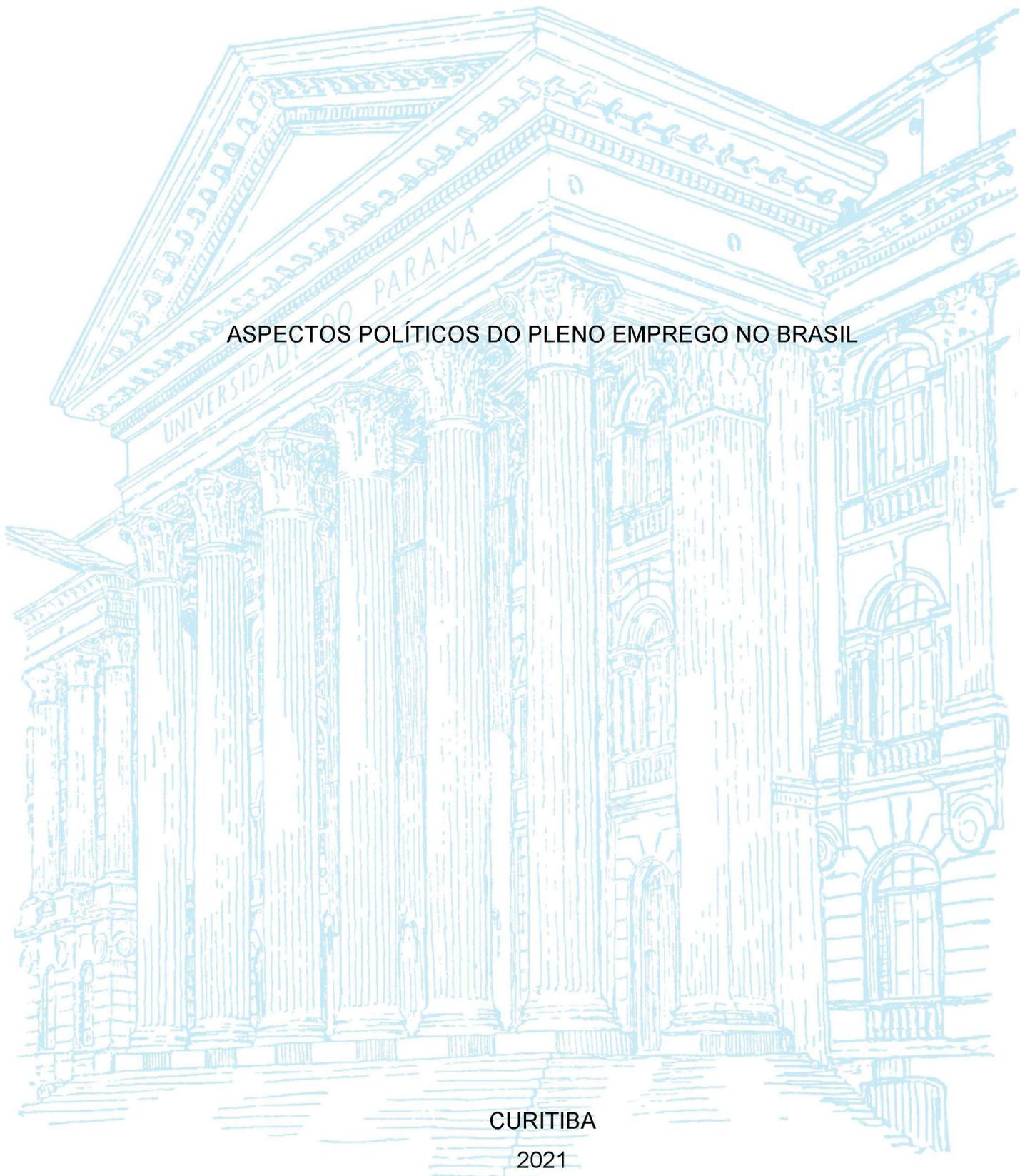
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRE LUIZ TABORDA

ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO NO BRASIL

CURITIBA

2021



ALEXANDRE LUIZ TABORDA

## ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto.

CURITIBA

2021

## TERMO DE APROVAÇÃO

ALEXANDRE LUIZ TABORDA

### ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

---

Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto  
Orientador – Departamento de Economia, UFPR

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dayani Cris de Aquino  
Departamento de Economia, UFPR

---

Prof. Dr. Demian Castro  
Departamento de Economia, UFPR

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores e professoras que fizeram parte da minha formação ao longo desta graduação, assim como à UFPR como um todo, pela oportunidade de ter uma formação pública e de qualidade num período cada vez mais obscuro para a educação pública no Brasil.

Agradeço a minha família, por todo apoio e suporte ao longo dos últimos anos, os quais foram bastante duros em diversos aspectos.

Por fim, porém não menos importante, deixo meu agradecimento à minha companheira de longa data, Aricia Machado, a qual me apoiou e me inspirou a voltar a estudar e cursar uma graduação após tantos anos longe da educação formal. Sou imensamente grato por todo o suporte emocional e parceria que consolidamos na última década.

“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.”

(MARX & ENGELS, 2007, p. 47)

## RESUMO

O Brasil das duas últimas décadas sofreu significativas mudanças econômicas e sociais, que se refletiram na dinâmica do mercado de trabalho. A segunda metade da década de 2000 foi marcada pelo crescimento econômico com distribuição de renda, melhora nos índices sociais e queda da taxa de desemprego. Na década seguinte o quadro se inverteu: o crescimento econômico puxado pelo estado refreou e os componentes da demanda agregada seguiram o mesmo caminho, impactando negativamente o mercado de trabalho, a renda e a própria economia como um todo. Este trabalho busca entender como se deu esse passo para trás sob uma perspectiva de luta de classes, utilizando uma leitura kaleckiana sobre como se comporta a classe capitalista frente a manutenção, pelo estado, do pleno emprego no longo prazo. Se organizando enquanto classe proprietária, passam a resistir as políticas econômicas de intervenção do governo, agindo politicamente para minar o poder de barganha da classe trabalhadora e arrefecer o conflito distributivo.

**Palavras-chave:** Conflito distributivo. Pleno emprego. Luta de classes. Classe Trabalhadora. Kalecki.

## ABSTRACT

Brazil in the last two decades has undergone significant economic and social changes, which have been reflected in the dynamics of the labor market. The second half of the 2000s was marked by economic growth with income distribution, improvement in social indices and a drop in the unemployment rate. In the following decade, the picture was reversed: state-led economic growth slowed-down and the components of aggregate demand followed the same path, negatively impacting the labor market, income and the economy as a whole. This paper seeks to understand how this backward step was taken from a perspective of class struggle, using a Kaleckian reading of how the capitalist class behaves in the face of the state's maintenance of full employment in the long term. Organizing themselves as the propertied class, they began to resist the government's interventional economic policies, acting politically to undermine the bargaining power of the working class and cool down the distributive conflict.

**Keywords:** Aggregate demand. Full employment. Class struggle. Working class. Kalecki.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE DESEMPREGO (2002-2014).....	24
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (2003-2011).....	25
GRÁFICO 3 – ÍNDICE DE GINI (2002-2014).....	28
GRÁFICO 4 – TAXA DE DESEMPREGO (2015-2019).....	32
GRÁFICO 5 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (2003-2018).....	36

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA (2000-2015).....	27
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	– Consolidação das Leis de Trabalho
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBCF	– Formação Bruta de Capital Fixo
FIESP	– Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	– Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PME	– Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	– Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O CONFLITO DISTRIBUTIVO.....</b>	<b>15</b>
2.1 GASTOS PÚBLICOS, PLENO EMPREGO E LUTA DE CLASSES.....	15
<b>3 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
3.1 TRANSFORMAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	22
3.2 A RESISTÊNCIA AO PLENO EMPREGO.....	28
<b>4 DESARTICULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....</b>	<b>31</b>
4.1 ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO NO BRASIL.....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas o Brasil presenciou grandes mudanças na dinâmica do mercado de trabalho que, com índices de desemprego em queda desde 2004, políticas de redistribuição de renda e de valorização do salário mínimo, contribuíram para um processo de crescimento econômico com inclusão social no país (SERRANO; SUMMA, 2018). Na década seguinte, esse cenário se inverteu. A partir de 2011 ocorrem mudanças na orientação da política econômica, que até então possuía uma centralidade nos gastos públicos, e um período de recessão econômica e crise política se inicia, impactado pela crise econômica que afetou o mundo em 2009. Tais mudanças se justificam numa tentativa de estimular o investimento privado. A partir de 2011 se iniciam políticas de desoneração fiscal e redução das taxas de juros da economia. O governo, ao ver essas medidas surtirem pouco efeito no âmbito econômico e alegando solucionar a crescente depressão, fomenta ainda mais as políticas contracionistas a partir de 2014, que viriam a se combinar com as mais recentes rodadas de flexibilização do mercado de trabalho a partir de 2017, as quais afetam particularmente a base da pirâmide social brasileira.

Nesse contexto, se institucionalizou um comportamento de classe dos grandes capitalistas ao se oporem abertamente ao chamado Pleno Emprego. Suas pressões foram constantes sobre o governo para mudanças na política econômica em sentido contrário aos interesses da classe trabalhadora, explicitando ainda mais a luta de classes no Brasil. A argumentação em torno da doutrina das “finanças sadias” e do suposto engessamento do mercado de trabalho causado pela CLT, para citar aqui dois exemplos, possuem uma motivação política deliberada de reduzir o poder de barganha dos trabalhadores, posto que a desigualdade é elemento integrante da relação entre capital e trabalho (TROVÃO; ARAÚJO, 2020). Sem surtir os efeitos nas taxas de crescimento e de empregabilidade que foram prometidos, mas pelo contrário, aprofundando ainda mais o país na crise, é possível afirmar que existem motivações políticas que guiam o direcionamento da política econômica no capitalismo contemporâneo.

Diante deste cenário, pretende-se neste trabalho identificar quais são as forças políticas e as motivações que as levam, direta ou indiretamente, a frear o

crescimento econômico, desde que isto provoque uma disrupção num cenário de crescente poder de barganha da classe trabalhadora. O ponto central da argumentação proposta no trabalho se desenvolverá principalmente, mas não apenas, a partir do artigo *Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego*, do economista Michal Kalecki, de 1943. Escrito em um contexto do pós-guerra, o economista polonês argumenta que o pleno emprego é mais do que uma questão técnica (investimento público x privado, subsídio ao consumo, etc.), pois a sua realização esbarra na contradição dialética entre capital e trabalho. Segundo Kalecki, o pleno emprego prolongado, para além de garantir renda e ser um motor do crescimento econômico, também causa profundas transformações sociais e políticas que abalam a relação de poder entre capitalistas e trabalhadores dentro de uma sociedade. Dessa forma, por mais que os capitalistas argumentem em favor de políticas públicas que garantam o pleno emprego no curto prazo (para se salvaguardar de uma crise econômica e manter altas as taxas de lucratividade, por exemplo), no longo prazo a interferência estatal nesse sentido é vista com desconfiança pela classe capitalista, e estes passam a advogar contra a fomentação do pleno emprego. A pressão dessas forças pode então induzir o governo a adotar uma política econômica mais ortodoxa, buscando retomar a confiança dos agentes (políticos e de classe), desacelerando a economia e minando o poder de barganha conquistado pela classe trabalhadora (KALECKI, 1983).

Este trabalho, portanto, busca traçar algumas ligações entre a teoria proposta por Kalecki e a situação do mercado de trabalho no Brasil nas últimas duas décadas. Ao analisar o comportamento da economia brasileira e do mercado de trabalho, pretende-se aqui identificar os *aspectos políticos do pleno emprego* no Brasil no período recente. A análise e interpretação de indicadores referentes ao mercado de trabalho, em termos quantitativos e qualitativos, e a leitura de economistas e cientistas políticos sobre a conjuntura retratada também serão tomadas como base analítica.

A motivação da escolha do tema é, primeiramente, devido ao interesse do discente em melhor compreender a conturbada virada econômica e política da década de 2000 para 2010 no Brasil, sob o ponto de vista, principalmente, do comportamento do mercado de trabalho. Também existe aqui a intenção de se entender como o ensaio de Michal Kalecki, produzido na primeira metade do

século passado, é relevante se usado como instrumento analítico para avaliar a situação do Brasil do século XXI.

O trabalho está organizado em três capítulos, além da introdução, e de uma seção dedicada às considerações finais. O primeiro capítulo expõe algumas considerações sobre o chamado conflito distributivo, explicando brevemente qual é o seu significado, como ele se expressa e sua possível relação com o conceito de Pleno Emprego. O segundo capítulo, em sua primeira subseção, procura mostrar como se deram as transformações do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos 2000, e considera um recorte temporal para período entre 2004 e 2014, período em que as políticas econômicas favoreceram a dinâmica do mercado de trabalho e diminuíram a desigualdade social. Na subseção seguinte, o texto tece alguns comentários sobre a crescente resistência política contrária a essas transformações, que foram no sentido de breçar os avanços no crescimento e na dinamização do mercado de trabalho, colocando em xeque os rumos da política econômica levada à cabo até então. O terceiro e último capítulo trata mais profundamente dessa resistência política contrária ao Pleno Emprego, que se materializa enquanto classe e passa a ser instrumentalizada através de políticas econômicas restritivas e contracionistas, como consequência direta da reação capitalista frente ao acirramento do conflito distributivo. Aqui serão expostas as consequências dessas políticas econômicas principalmente sobre o trabalho, como também seus efeitos restritivos serão observados nos componentes da demanda agregada, como na contração dos gastos públicos, do investimento e do consumo, que aprofundarão a crise econômica no país. Por fim, finalizando o capítulo, serão discutidos os resultados deste conjunto de (re)ações político-econômicas na desestruturação do mercado de trabalho e seus efeitos negativos sobre a classe trabalhadora. Aqui será traçado um novo recorte temporal para facilitar o entendimento, e será trabalhado o período em que a taxa de desemprego volta a crescer vertiginosamente, a partir de 2014, finalizando a análise em 2017. Serão feitas algumas pontuações sobre as reformas no mercado de trabalho que ocorreram nos últimos anos da década, as quais não geraram nem emprego, nem crescimento econômico, mas desestruturaram o mercado de trabalho brasileiro, aumentaram o desemprego e o número de trabalhadores na informalidade, sem perspectiva de melhora para um futuro próximo.

## 2 O CONFLITO DISTRIBUTIVO

Um dos conceitos que ocupará grande centralidade na argumentação ao longo deste trabalho é o chamado conflito distributivo. Amplamente discutido na academia, especialmente como ferramental explicativo do processo de pressão inflacionária, o conflito distributivo ocupa também um lugar como expressão da luta de classes, particularmente observada nas reivindicações salariais por parte dos trabalhadores. De maneira geral, o conflito distributivo é uma disputa que ocorre entre diferentes grupos econômicos (classes) que buscam absorver uma parcela maior da renda agregada. Existe, portanto, um embate entre os interesses dos capitalistas e os interesses dos trabalhadores, que toma forma no processo de negociação salarial.

O trabalhador procura aumentar o seu salário real, ou seja, busca compensar em seu aumento de salário o aumento generalizado nos preços dos bens (inflação) da economia, mesmo que o objeto da negociação se dê via salário nominal. Isto implica que, conscientemente, ele (o trabalhador) não “calcula” qual será seu aumento salarial real. A sua percepção de ganho de renda se dá ao observar o comportamento do seu salário relativamente aos preços de mercado, seja o de bens e serviços, seja o mercado de trabalho. Pelo lado do capital, um aumento real do salário dos trabalhadores pode ter efeito na estrutura de custos das empresas, mas, mais do que isto, constrói o cenário para um conflito social que levará essa disputa para um contexto político ainda maior, afetando a dinâmica da economia e o direcionamento das políticas públicas. Em resumo, é este o cenário em que ocorre o conflito distributivo, uma expressão da luta de classes que se desdobra sobre a apropriação da renda por parte das classes sociais.

### 2.1 GASTOS PÚBLICOS, PLENO EMPREGO E LUTA DE CLASSES.

Exposto o conceito de conflito distributivo, o trabalho agora se propõe a examinar um pouco mais a fundo algumas de suas implicações na economia e no mercado de trabalho, além de trazer uma breve conceituação sobre alguns termos utilizados ao longo do trabalho. Em especial, serão abordados alguns aspectos inerentes ao conflito distributivo, nas relações entre as classes sociais

e o Estado, além de seus determinantes e suas implicações econômicas e políticas, e quais seus efeitos diretos sobre o pleno emprego.

Primeiramente, é importante ressaltar que alguns termos presentes no trabalho, como o de Estado ou de classe capitalista, não representam conceitos homogêneos em sua concepção histórico-social. Eles são aqui denominados de maneira mais global para o melhor entendimento do argumento e fluidez na análise proposta. Ainda assim, não se ignorou a complexidade que esses conceitos apresentam em sua estrutura, mas buscou-se na literatura recente encontrar alguns pontos de entendimento, sendo o artigo “A economia política dos governos Dilma” (COSTA PINTO *et al*, 2016), este referencial teórico. Nesse sentido, os autores introduzem os conceitos de “frações de classe” e o “bloco no poder”. O primeiro se encontra no plano da pluralidade de capitais, que toma concretude a partir de questões atreladas a sua forma estrutural (capital dinheiro, industrial e comercial), sua formação histórico-social, suas relações, através da burguesia, com o exterior e suas dimensões políticas e ideológicas, apresentando assim certa heterogeneidade. A existência dessas frações capitalistas não necessariamente implica em fragmentação do poder econômico e político sendo, portanto, uma unidade contraditória (dialética) que atua sob a hegemonia, no seu interior, de uma dessas frações, em suas relações com o Estado capitalista. No plano político, o bloco no poder é formado pelas frações de classe que atuam no seio do Estado, ocupando o *locus* da dominação da luta política de classe. Sendo assim, é a partir da análise do bloco no poder e de suas relações internas que podemos decifrar a significação real das práticas das políticas de classe. Deste modo, em diferentes situações históricas, o Estado assume diferentes formas conforme a capacidade de decisão relativa das frações do bloco no poder, podendo ser inclusive influenciado por segmentos dominados da sociedade, mas nem por isto deixando de ser o espaço de dominação político e do capital em geral. É tendo em mente essa pluralidade dentro da classe e do Estado que se desenha esta análise.

Outro conceito central da análise é o do pleno emprego, que se refere à utilização da capacidade máxima da economia, qual seja, o pleno emprego de todos os fatores produtivos, no âmbito do capital e do trabalho. Neste cenário, toda pessoa adulta que se encontra em condições de trabalhar consegue encontrar emprego no mercado de trabalho, e as únicas formas de desemprego

existentes seriam o desemprego friccional ou temporário, e o desemprego voluntário. Essa garantia de emprego a toda população economicamente ativa de um país pode ser observada em declarações e metas de órgãos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho<sup>1</sup> ou no próprio tratado Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>2</sup>, e é fundamental no desenvolvimento de uma nação, para garantir renda e erradicar a pobreza e outras mazelas sociais. Nota-se, portanto, que, mais do que apenas operar a economia em sua capacidade produtiva máxima, o pleno emprego tem real significância no desenvolvimento econômico e social de um país. Para alcançar tal configuração o Estado deve ocupar uma posição central no sentido de guiar o país rumo a esse objetivo.

Segundo Kalecki (1983), a discussão sobre a manutenção do pleno emprego pelo Estado, financiada por gastos públicos, se dá essencialmente no campo econômico e acaba ignorando os fatores políticos que permeiam as políticas governamentais. Esses aspectos políticos não são, obviamente, desligados dos interesses econômicos, e as suas razões vão no sentido contrário ao movimento da classe trabalhadora, já que representam o interesse de sua classe antagonista, do grande capital, e concernem uma expressão importante da luta de classes. O economista polonês indica três principais motivos para a oposição dos capitalistas à obtenção do pleno emprego via gastos governamentais. A primeira delas está ligada à própria filosofia do liberalismo e ao sistema de *laissez-faire*, no qual “o nível de emprego depende, em grande parte, do assim chamado estado de confiança.” (KALECKI, 1983, p. 55). Sob um sistema de *laissez-faire* (ou neoliberal nos dias de hoje), se o nível de confiança dos agentes cai, o nível do investimento privado também seguirá esse caminho, levando à queda do produto e ao desemprego. Assim, tal sistema “dá aos capitalistas um poderoso controle indireto sobre a política governamental: tudo que possa abalar o estado de confiança deve ser cuidadosamente evitado, porque causaria uma crise econômica.” (KALECKI, 1983, p. 55). Uma vez que o governo passe a financiar políticas de manutenção do pleno emprego alheias à

---

1 Organização Internacional do Trabalho. **Guia sobre os novos indicadores de emprego dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Genebra: OIT, 2009.

2 Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Artigo XXIII (1948) Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III)**. DUDH, 1948.

essa retórica, essa intervenção começa a ser encarada de maneira mais ameaçadora pelo capital. O direcionamento dessas políticas públicas torna-se capaz de sustentar o nível de emprego, consumo e renda da população, independente da “confiança dos agentes”. Ou seja, esse conjunto de ações direcionadas do Estado se configura em forte controle do campo econômico, elevando os níveis de investimento e dinamizando a economia pela ótica da demanda. Daí que, mesmo que o governo se utilize de déficits orçamentários para garantir o pleno emprego, estas políticas serão duramente combatidas no locus político pela classe capitalista, já que agora eles não possuem mais a ferramenta da ação pela via puramente econômica. É importante frisar que, nesse cenário, não é como se os capitalistas tivessem perdido o seu *status* econômico. Ocorre que, agora, com os investimentos públicos agindo como o motor econômico e estimulando os componentes da demanda agregada, não há sentido lógico em esperar uma queda dos investimentos e conseqüentemente uma crise, conforme a retórica liberal. Se a busca incessante pelo lucro é uma das premissas que constitui o capitalista enquanto classe, é ilógico esperar que ele cesse os seus investimentos num cenário de expansão da demanda. A própria concorrência entre capitais para abocanhar mais fatias de mercado estimula o investimento. Nesse sentido, a intervenção do estado tira dos capitalistas o poder que eles ganham com o desemprego, pendendo a balança do conflito distributivo em favor dos trabalhadores. Se existe um enorme contingente de pessoas desempregadas, os salários rebaixam e a possibilidade do trabalhador, se demitido, encontrar um novo emprego, diminuí. Nota-se, portanto, a existências de interesses políticos que impulsionam a perseguição pela doutrina das finanças sadias, para além da argumentação “técnica” de equilíbrio orçamentário do governo.

O segundo motivo apontado por Kalecki tem relação com o direcionamento dos gastos públicos: a oposição capitalista ao a) investimento público e ao b) subsídio ao consumo, ou a transferência de renda. O primeiro ponto refere-se à própria acumulação de capital e ao aumento dos métodos de expansão da *mais valia*, pois o investimento público passa a ser concorrente do investimento privado. Onde o primeiro deixa brechas para algum tipo de investimento, o segundo avança na expectativa de aumentar seus lucros. O próprio receio de um avanço do investimento público sobre o privado também

existe, porquanto é que na própria teoria econômica a intervenção governamental é justificada apenas sobre os bens de interesse público, como saúde, segurança, educação, etc. Sendo assim, nota-se a preocupação do capital quando do um aumento nos investimentos públicos, e a sua reação contrária torna-se uma questão lógica. Argumentos que acusam o governo de “inchaço da máquina pública” ou advogam a favor de um estado mínimo são cada vez mais comuns atualmente. Na outra ponta há o subsídio ao consumo (uma forma de transferência de renda) que, apesar de não ser em montante significativo a ponto de competir com o grande capital, acaba por ferir o *ethos* capitalista, que pode ser expresso aqui por uma passagem de Kalecki: “Os fundamentos da ética capitalista requerem que ‘você ganhará seu pão com o suor de seu rosto’ – a menos que você tenha meios privados.” (KALECKI, 1983, p. 56). Ocorre que, sem ter a posse dos meios privados, essa retórica é apenas fraseologia vazia, mas que expressa também um embate retórico, com implicações na materialidade, da classe capitalista contra a classe trabalhadora.

A terceira razão colocada por Kalecki está ligada ao conflito distributivo. Segundo o autor, uma sociedade que alcança o pleno emprego passa por transformações políticas e sociais profundas. Conforme avança a manutenção do pleno emprego, a balança do conflito distributivo pende mais fortemente para o lado do trabalhador. Em uma sociedade em que existe trabalho para todos, a ameaça de desemprego por parte dos patrões perde a sua força como medida disciplinar. O fortalecimento dos sindicatos, um indicador do aumento do poder de barganha dos trabalhadores, pressiona a classe capitalista no sentido de reivindicação de melhores salários conforme as greves também ganham maior importância nesse cenário de disputa entre classes. Mesmo que a manutenção do pleno emprego garanta crescimento econômico e desenvolvimento social, afetando pouco (quando afetando), as taxas de lucros da classe capitalista, aqui também existe um conflito político inerente ao sistema capitalista. O crescimento do poder de barganha (e do poder político) da classe trabalhadora torna-se algo inadmissível dentro deste modelo econômico. Conforme avança Kalecki, sobre os capitalistas: “Seu instinto de classe lhes diz que, de seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal.” (KALECKI, 1983, p. 56). De fato, conforme será observado na sequência deste trabalho, os capitalistas, quando se comportam

enquanto classe, preferem pressionar por medidas contracionistas que levam o país a uma crise econômica, do que aceitar os efeitos de uma “revolução indesejada” no mercado de trabalho. (SERRANO; SUMMA, 2018).

### 3 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, tendo como plano central a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da república. As transformações que se seguem só ocorreram por meio de conciliações de classe que se fizeram necessárias para a governabilidade do PT. Mesmo antes de ser eleito, o presidente Luís Inácio Lula da Silva já dava sinais de que buscaria um governo conciliatório, com a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro” ainda em 2002. Segundo Costa Pinto et al., (2016) outro eixo conciliatório foi a manutenção do tripé macroeconômico adotado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, seu grande rival político na década de 1990. Ainda assim, Lula aderiu a flexibilização dessa política, especialmente a partir do segundo mandato, em 2006, centrando-se nas políticas da ampliação do crédito, no aumento do salário mínimo, na ampliação dos programas de transferência de renda, na criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do programa Minha Casa Minha Vida, na ampliação da atuação da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para citar alguns exemplos.

Como consequência disso, o período foi marcado pela retomada do crescimento econômico, diminuição da desigualdade, aumento da renda, melhora nos índices sociais e melhor desempenho do mercado de trabalho, com a diminuição do desemprego e políticas de valorização do salário mínimo. Essa mudança no foco da política econômica é de fato uma alteração do curso que vinha sendo seguido até então. Após uma década de aplicação de políticas econômicas neoliberais<sup>3</sup>, com desregulamentação das relações de trabalho, perda de direitos sociais e previdenciários, que impulsionaram a já perversa distribuição funcional da renda no país essa inflexão da política econômica na década seguinte teve efeitos marcantes no mercado de trabalho brasileiro (TROVÃO; ARAÚJO, 2020). É importante aqui lembrar que isto também foi possível graças a um cenário externo bastante favorável, com grande fluxo de capitais, liquidez no mercado internacional e baixas taxas de juros nos países centrais. Nesse sentido, ocorreu uma conjunção de cenário econômico

---

<sup>3</sup> A década de 1990.

extremamente favorável aliado a um governo, centrado na figura do então presidente Lula, que possuía forte comprometimento com as causas da classe trabalhadora.

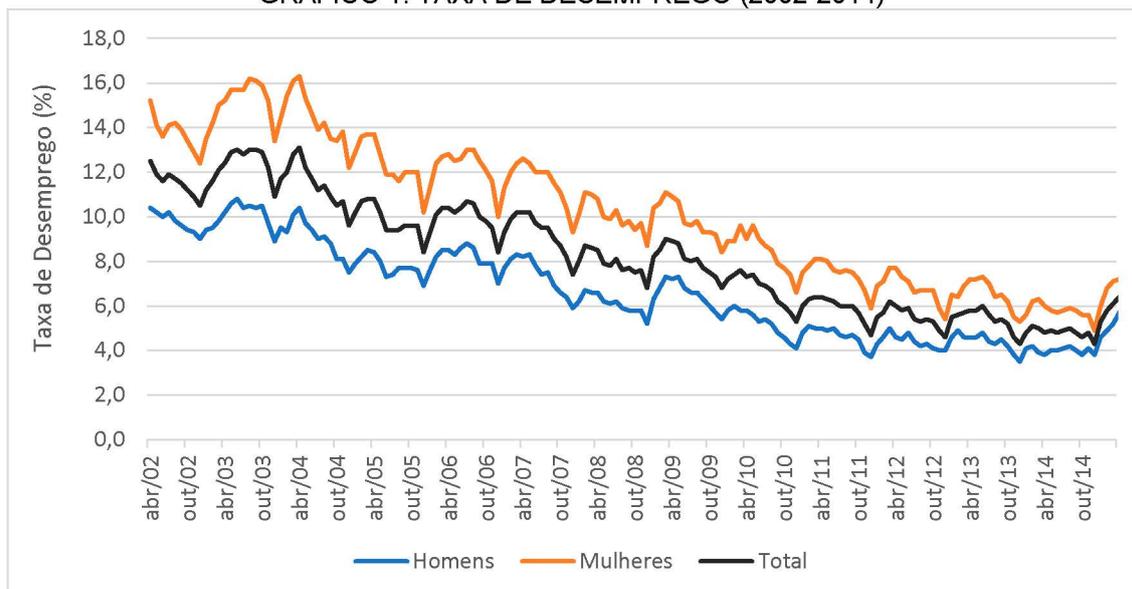
Este capítulo abordará a situação conjuntural e estrutural do mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 2000, analisando as transformações ocorridas no período e alguns indicadores que ajudam a entender o direcionamento dessas mudanças. Optou-se por utilizar um recorte temporal de dez anos, de 2004 a 2014, pois esse período é marcado pela queda acentuada na taxa de desemprego e pela melhora nos indicadores sociais no país. A disponibilidade e apresentação da base de dados também foi um fator decisivo na determinação desse primeiro recorte temporal no trabalho.

### 3.1 TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.

Conforme já afirmado em seções anteriores deste trabalho, é ao longo da década de 2000 que ocorrem melhoras na condição social da população e do mercado de trabalho brasileiro. Notadamente é a partir do ano de 2004 que se observa o início de uma melhora substancial dos indicadores de emprego e desigualdade no país. Buscando melhor fundamentar essas constatações e discutir as interferências políticas que, posteriormente, colaborarão para a queda destes índices, serão apresentados alguns indicadores referentes ao período. A base de dados utilizada para a elaboração do GRÁFICO 1 foi retirada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tomando como base a Pesquisa Mensal de Emprego, que mede a taxa de desocupação da população com 10 ou mais anos de idade. Já os GRÁFICOS 2 e 3 tem sua base de dados encontrada no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e medem, respectivamente, a evolução do salário mínimo real e o grau de concentração de renda da população, este último através do índice de Gini. Além disso, mais uma visão clara do acirramento do conflito distributivo é colocada pela FIGURA 1, elaborada por Marquetti, Hoff e Miebach (2017), que traz a distribuição funcional da renda no período tratado. Dito isso, é possível ter uma visão mais ampla sobre as afirmações feitas acerca da discussão proposta até aqui.

O GRÁFICO 1 apresenta a variação mensal da taxa de desemprego no Brasil, entre os anos 2002 e 2014, separados entre homens e mulheres.

Analisando os dados, percebe-se, num plano geral, uma queda significativa na taxa de desemprego durante a década. O pico do número de desocupados no país ocorre no último trimestre de 2003, quando o desemprego alcança no agregado (total) 12,9% da população, e no segundo trimestre de 2004, quando a taxa total de desemprego chega a 13,1%. Uma observação rápida também indica como a taxa de desemprego afeta de maneira distinta trabalhadores e trabalhadoras. Durante todo o período analisado as taxas de desemprego entre as mulheres permanecem acima da dos homens, com o seu auge atingindo 16,3% no início do segundo trimestre de 2004. Ainda assim, conforme se avança no período, pode-se notar que, além da queda acentuada do desemprego, existe uma tendência de aproximação dos índices de homens e mulheres. No primeiro trimestre de 2004 a diferença percentual entre ambos era de 6,1%, sendo o ápice do período, que então não demonstra diferença de mais de 4% a partir de maio de 2010, com sucessivas reduções. Voltando a análise mais geral do período, nota-se que, desde o ápice já apontado em 2003/2004, o que ocorre posteriormente é a sua constante redução, que alcança um patamar mínimo no último trimestre de 2013, com taxa de 4,3% (total) em dezembro. Verifica-se assim que, durante o período analisado, a taxa de desemprego situa-se um degrau mais baixo se confrontada historicamente com outros períodos da economia brasileira.

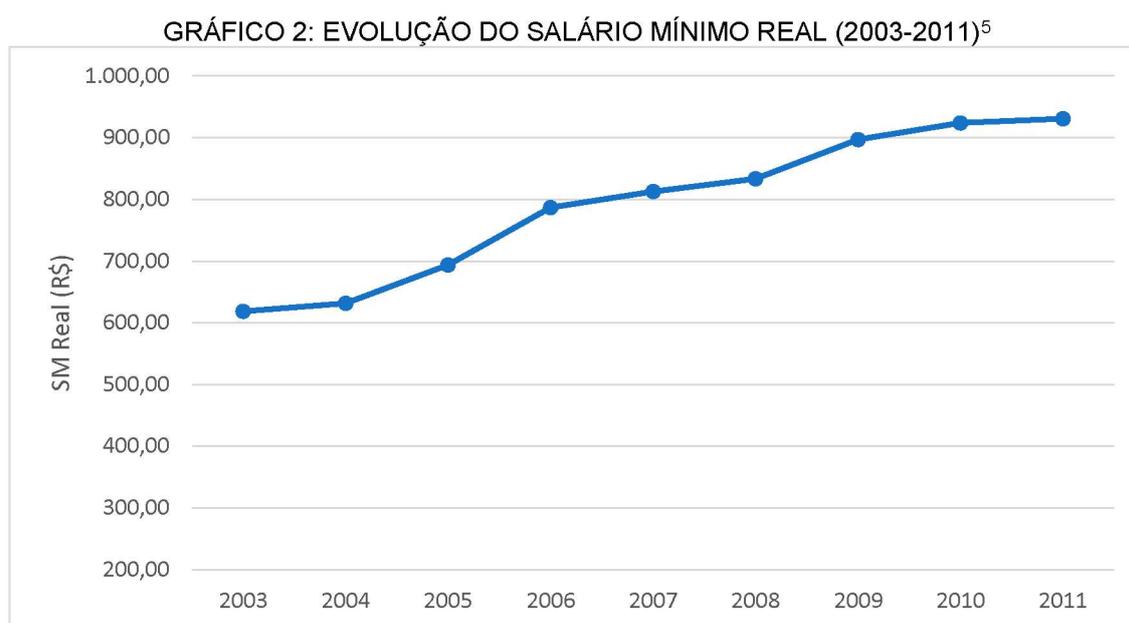
GRÁFICO 1: TAXA DE DESEMPREGO (2002-2014)<sup>4</sup>

Fonte: IBGE/PME

No GRÁFICO 2 é possível observar a evolução do salário mínimo entre 2003 e 2014, em termos reais. Para melhorar a visualização, o indicador de rendimento médio do trabalho é apresentado neste gráfico com dados anuais, apesar de sua base de dados no Ipedata apresentar os dados mês a mês em cada ano. Dado esse aspecto optou-se por utilizar os dados do último mês de vigência de cada ano, qual seja, dezembro. Nestes dados, percebe-se claramente como o salário mínimo real subiu ao longo da década, especialmente a partir dos anos 2004/2005. Se compararmos o primeiro ano da série, 2003, com o ano de 2011, é possível observar um montante de crescimento de 50,47% no salário mínimo. Esse indicador ajuda a explicar em alguns aspectos a transformação social que ocorre ao longo dessa década. Segundo Medeiros (2015), a influência do salário mínimo sobre o nível geral dos salários e sobre o desemprego é amplamente reconhecida. Com efeito, o salário mínimo age como um farol para as rendas de trabalho na sociedade, mesmo as que não se constituem como trabalho formal. Segundo o autor, esse efeito é ainda mais intenso nas rendas de trabalho precário, especialmente em um contexto em que o arcabouço institucional garante mais direitos aos trabalhadores. De maneira geral, esse cenário reflete também um aumento no número de trabalhadores formais, com carteira assinada. Historicamente esses trabalhadores possuem

<sup>4</sup> Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2021).

uma média salarial mais alta do que os que trabalham informalmente, portanto diminuindo a dispersão salarial e desigualdade. A fixação deste piso salarial institucional, ou seja, uma remuneração mínima do trabalho para sobrevivência constitui, segundo Medeiros (2015), o salário mínimo como um salário político, na medida em que este age garantindo condições básicas para uma vida digna e estipula certo poder de barganha para uma classe estruturalmente fragilizada nesses termos.



Fonte: Ipeadata

Através da análise destes dois indicadores de mercado de trabalho e de renda, é possível confirmar conclusões já tratadas por diversos autores na literatura: a de que houve em meados da década de 2000 um avanço do Brasil no sentido do desenvolvimento econômico e social. Esse avanço foi puxado pela expansão dos gastos públicos, buscando estimular diretamente a demanda agregada e expandir o mercado interno e, com um cenário externo bastante favorável, tornou este um período marcado pelo crescimento econômico com inclusão social (SERRANO; SUMMA, 2018). A orientação da política econômica nesse sentido contribuiu para aumentar o grau de proteção social dos trabalhadores. A política de valorização do salário mínimo, negociação realizada

<sup>5</sup> Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2021).

entre as Centrais Sindicais e o Governo Federal entre 2004 e 2005, tiveram papel fundamental nisso.

Para Marcolino & Horie (2020, p. 3):

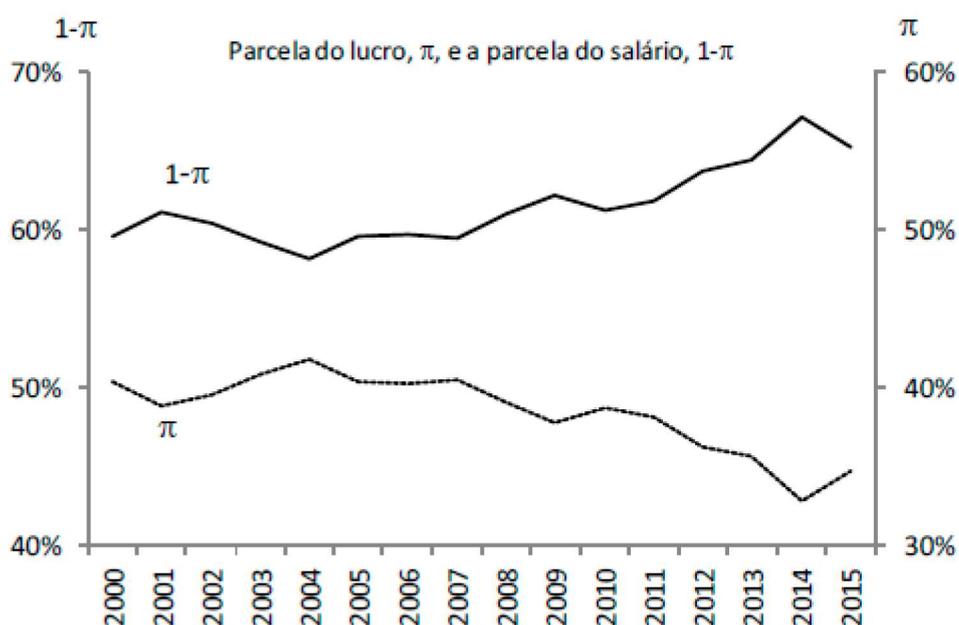
Essa evolução recente, após 2005 e interrompendo a trajetória de estagnação de seus valores reais, foi fruto da ação conjunta das centrais sindicais, por meio das “Marchas a Brasília” realizadas entre 2004 a 2009, sendo que primeiramente estes movimentos garantiram reajustes expressivos do valor do salário mínimo, com ganhos reais.

Nesse contexto, o aumento do salário mínimo tem maiores implicações do que se pode parecer. Com aumento do salário real e do poder de compra dos trabalhadores mais pobres, tem-se um efeito positivo sobre a renda, o que contribui para a diminuição da pobreza e da desigualdade social no país. Quando tomada em uma conjuntura de baixo desemprego, a política de valorização do salário mínimo escancara ainda mais seus efeitos políticos. Conforme é possível ver nos indicadores, é a partir de 2004 que se inicia o aumento gradual no número de pessoas empregadas no país, mesmo ano em que se iniciam as “Marchas a Brasília”, evidenciando de forma clara essa elevação do poder de negociação das centrais sindicais (ou seja, dos trabalhadores) frente as classes patronais. Com uma população empregada cada vez maior e recebendo melhores salários, a possibilidade do desemprego e a ameaça de demissão perdem sua força como medida corretiva. A maior oferta de trabalho com possibilidade de melhores negociações de salário pende a balança do conflito distributivo em favor dos trabalhadores. A expansão de medidas de proteção social e transferência de renda, (e.g. criação dos programas Fome Zero e Bolsa família, em 2003 e 2004, respectivamente), que visavam diminuir a desigualdade social e a pobreza no país, também têm seu efeito imputado nesse agora frágil equilíbrio.

Na FIGURA 1, é possível também identificar o que foi escrito até aqui. Uma situação de aumento da empregabilidade e do salário, que afetou diretamente a distribuição funcional da renda no país na década de 2000. A FIGURA 1 mostra a renda do país, de maneira geral, está distribuída entre lucros e salários, e nela pode-se identificar o acirramento do conflito distributivo a partir de 2004. Observa-se a partir deste ano uma queda nas taxas de lucro e um

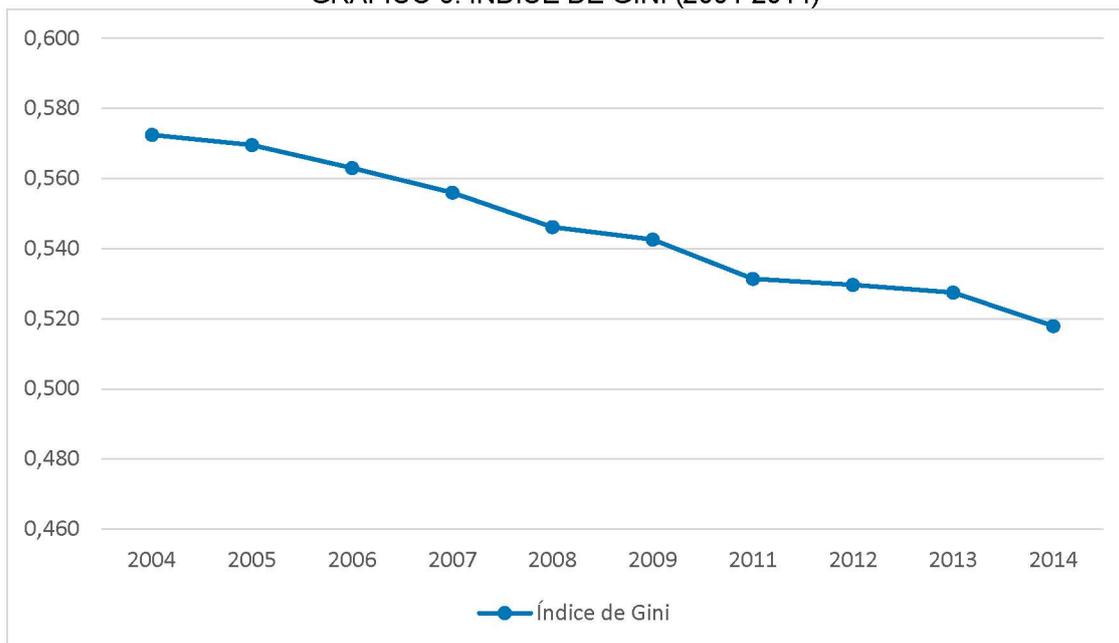
aumento na parcela da renda respectiva a massa de salários da população. Conforme argumenta-se neste trabalho, o principal ponto de inflexão na política econômica, ou o seu aprofundamento, ocorrido em 2014, vai afetar diretamente o direcionamento deste indicador. Na contramão da tendência dos anos 2000, em 2014 se inicia o aumento dos lucros como parcela da renda total e, conseqüentemente, o rebaixamento dos salários.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA (2000-2015)<sup>6</sup>



O índice de Gini mede o grau de concentração de renda de determinada população, sendo valores menores (mais próximos de zero) indicando menor concentração, e vice-versa. Com o intuito de reiterar os efeitos positivos do conjunto de medidas desenvolvidas ao longo do período recortado, é apresentado no GRÁFICO 3, a evolução do índice de Gini para o Brasil durante os anos de 2004-2014. Em uma breve observação já é possível notar que existe queda na concentração de renda no Brasil a partir de 2004/2005, caindo de 0,572 no primeiro ano da série para 0,518 em 2014. Pode-se tomar essa medida como um indicativo da melhora no desenvolvimento social brasileiro durante a década, reiterando o conjunto de medidas levadas a cabo pelo governo Lula especialmente a partir de 2004.

<sup>6</sup> Fonte de dados do IBGE. Elaboração por Marquetti, A.; Hoff, C.; Miebach, A. (2017).

GRÁFICO 3: ÍNDICE DE GINI (2004-2014)<sup>7</sup>

Fonte: Ipeadata

O contexto conjuntural dessa década (externa e interna), aliado às políticas de inclusão social, redistribuição de renda e acesso ao crédito, trataram de expandir os componentes da demanda agregada, aumentando o consumo e estimulando o mercado interno. Quando levada a cabo diretamente pelo governo, fica mais claro de se constatar o caráter expansionista da política econômica e seus efeitos sobre o investimento, estes também claramente expansionistas durante todo o período (SERRANO; SUMMA, 2018).

Essa subseção teve como objetivo central demonstrar, em linhas gerais, as principais mudanças que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro a no desenvolvimento socioeconômico do país. Conforme será colocado a seguir essa crescente guinada social levará ao acirramento do conflito distributivo, criando um cenário em que a resistência do capital logo se tornará uma reação político-econômica com sérias implicações na economia brasileira.

### 3.2 A RESISTÊNCIA AO PLENO EMPREGO

Esse processo de crescimento com inclusão social que se desenhou durante os anos 2000 teve um forte impacto na configuração do mercado de

<sup>7</sup> Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2021).

trabalho brasileiro. Serrano e Summa (2018) chamam o período de “breve era de ouro da economia brasileira”, em alusão ao processo semelhante ocorrido nos países desenvolvidos durante o Pós-Guerra, dadas as devidas proporções e particularidades. Segundo os autores, essa breve era de ouro transformou o mercado de trabalho brasileiro, apesar das taxas de crescimento econômico no período não terem sido muito elevadas. Essa transformação é tão intensa que, segundo eles, ocorreu uma “revolução indesejada” no mercado de trabalho entre 2004 e 2014, reforçando o poder de barganha dos trabalhadores frente ao capital e acirrando o conflito distributivo ao pressionar as taxas de lucros das empresas e ao conduzir o país na direção do pleno emprego. Aqui, é importante lembrar o papel social do desemprego no conflito capital x trabalho:

No caso oposto, da taxa de desemprego estar elevada, o quadro se inverte. O trabalhador sabe que pode ter dificuldade de encontrar um novo emprego se for demitido e a empresa terá facilidade de contratar outro funcionário. A empresa, então, tem vantagem nas negociações salariais. O papel do desemprego é reconciliar as reivindicações dos diferentes grupos da economia. (DALTO *et al*, 2020, p. 171)

Nesse contexto, retomando Kalecki (1983) e seu ensaio de 1943, trata-se de uma questão de tempo até que as políticas de manutenção do pleno emprego continuem a ser sustentadas pelo governo. Ocorre que, também para o caso brasileiro, começa a tomar corpo uma forma de resistência ao pleno emprego que será posteriormente catalisada em uma reação política, trazendo efeitos sociais e econômicos bastante danosos para a classe trabalhadora. Essa resistência tem seu ponto de partida na classe capitalista, que pressiona o governo no sentido de inverter a direção das políticas econômicas e virar o jogo em favor do capital.

No Brasil o início desse processo de resistência começa em 2011, quando se iniciam mudanças no direcionamento da política econômica. Se o período debatido anteriormente teve forte influência do governo no estímulo ao crescimento da demanda efetiva, o período que se inicia em 2011 é diferente. Além de um cenário externo desfavorável (baixa no preço das *commodities*, queda das exportações), o governo redireciona a política fiscal a partir de 2011, sob o argumento de que ajustes fiscais contracionistas eram necessários para estimular o setor privado visto que a crise econômica global de 2009 ainda era

recente e a recuperação se mostraria mais lenta do que o imaginado (SERRANO; SUMMA, 2015). Mesmo diante deste cenário, o ano de 2010 ensaiou um momento de recuperação da crise, com expansão de 7,5% do PIB em relação a 2009 e aumento das taxas de lucratividade da indústria nacional. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)<sup>8</sup>, para o conjunto de indústrias da amostra de seu estudo de 2018, a margem líquida de lucro industrial no ano de 2010 foi de 12,9%. Os anos de 2011 e 2013 trouxeram consigo taxas de crescimento menores, com variações de 4% e 3%, assim como taxas de rentabilidade mais modestas, sendo que é nesse período (2011) que se inicia a inflexão na política econômica brasileira. Nota-se então a pressão sobre as taxas de lucratividades se transformando em pressão política. Desvalorização cambial, desonerações fiscais e redução da taxa de juros são algumas das medidas que foram tomadas nesse novo período sob a justificativa de estímulo ao investimento privado, retratando a pressão das classes proprietárias sobre o governo<sup>9</sup>. É nessa atmosfera, que une a resistência do capital a um cenário econômico cada vez mais desfavorável, que vai se desenhando o perigoso futuro de desarticulação do mercado de trabalho brasileiro, este que já operava próximo ao pleno emprego na década anterior.

---

<sup>8</sup> **As empresas brasileiras na crise recente.** Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI, ed 856, 2018.

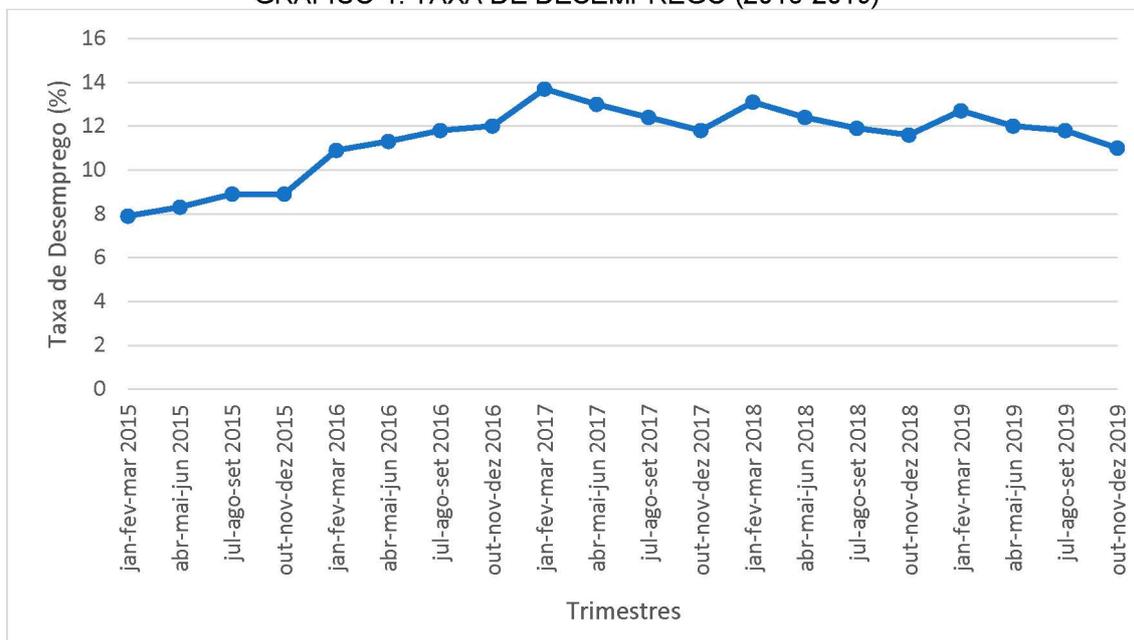
<sup>9</sup> Nova matriz econômica garantirá crescimento acelerado. **PT Senado.** <https://ptnosenado.org.br/nova-matriz-economica-garantira-crescimento-acelerado/>. Acesso em 26/07/2021.

#### 4. DESARTICULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Conforme já caracterizado, é na década de 2010 que se inicia no Brasil um processo inverso ao ocorrido nos anos anteriores, no tocante a política econômica. Abordaremos agora quais foram as principais consequências que essa inversão trouxe ao mercado de trabalho, no desenvolvimento social e na vida da classe trabalhadora. Será retomado, portanto, o conceito de conflito distributivo e suas implicações, bem como se tornarão explícitos os aspectos políticos do pleno emprego, conforme empregado por Kalecki há mais de 70 anos.

A primeira parte deste capítulo tratará das principais mudanças que caracterizam uma desarticulação do mercado de trabalho no país, em comparação com a década anterior. Para tal, serão colocados alguns dados que auxiliam na visualização deste novo cenário. A saber, será feita uma análise dos dados de desemprego no Brasil a partir de 2015, conforme indica o **GRÁFICO 4**, que traz dados do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua. Optou-se por essa base de dados visto que a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foi encerrada em março de 2016, impossibilitando uma análise continuada que se pretende aqui demonstrar. A segunda seção deste capítulo refletirá sobre como os aspectos políticos do pleno emprego de Kalecki estão inseridos no contexto brasileiro, encerrando a análise e o trabalho.

Logo abaixo, no **GRÁFICO 4**, é possível observar a evolução da taxa de desemprego no país a partir de 2015, dada trimestralmente. A partir deste indicador já é notável o aumento do desemprego no país na metade da década, iniciando já no primeiro trimestre de 2015 e alcançando seu patamar mais alto no primeiro trimestre de 2017, com uma taxa de desocupação de 13,7%. Conforme se dá o avanço dos anos, observa-se certa irregularidade nos indicadores, que sofre modestas quedas no final de 2017 e 2018 (nos últimos trimestres), mas volta a crescer próximo ao seu nível mais alto registrado. É evidente a diferença deste indicador para o apresentado no **GRÁFICO 1**, no que agora se constitui um cenário econômico, e principalmente político, totalmente inverso ao observado na década de 2000.

GRÁFICO 4: TAXA DE DESEMPREGO (2015-2019)<sup>10</sup>

Fonte: IBGE/PNAD

Mais do que o aumento do número de desempregados no país, esse período também é marcado pelo aumento do número de pessoas atuando no mercado de trabalho informal ou na chamada condição de subemprego. Costa e Pelatieri (2019) observam por meio do Índice da Condição do Trabalho (ICT) do DIEESE, o aumento, já a partir de 2015, de trabalhadores atuando sem carteira de trabalho e segurança previdenciária. Isto intensifica-se a partir de 2017 com a primeiras das rodadas de flexibilização das formas de trabalho, que minou ainda mais o mercado de trabalho brasileiro com demissões facilitadas, valores salariais reduzidos e flexibilização na jornada de trabalho. Conforme seguem:

O poder de negociação dos sindicatos foi fragilizado com o “novo poder” de reduzir direitos, por meio da interposição de comissões de representação dos trabalhadores, nas quais foi proibida a participação sindical, ou do “empoderamento” do indivíduo para negociar diretamente. Essas medidas quebraram o papel sindical de escudo coletivo e protetor. (COSTA e PELATIERI, 2019, p. 04).

Percebe-se que mais do que um mero efeito colateral da crise econômica em curso, o crescente aumento da taxa de desemprego vem acompanhado de

<sup>10</sup> Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2021).

uma série de medidas políticas que acabam agravando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, especialmente dos que se encontram na base da pirâmide social. Essas medidas políticas, disfarçadas de um discurso supostamente técnico e amplamente difundido (e defendido) pelos grandes meios de comunicação, terão no neoliberalismo a sua base teórica justificada como a solução para a crise. Através dessa breve análise e de um olhar para a realidade do país nos últimos anos, nota-se que essa tecnicidade não trouxe os louros que foram prometidos, ao menos não em favor da maior parte da população brasileira.

#### 4.1 ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO NO BRASIL

Esta última seção surge como uma tentativa de articular melhor como toda essa inversão do cenário do mercado de trabalho brasileiro, colocada ao longo de todo o trabalho, pode ser entendida sob a luz do texto original de Kalecki, de 1943. Obviamente, não se trata aqui de transpor toda uma realidade de mais de 70 anos atrás para os dias de hoje, arriscando-se, portanto, a cair em anacronismo na análise, mas sim de entender como as ferramentas institucionais podem e continuam a ser usadas pelos capitalistas como instrumento de coerção social na luta de classes.

Dito isso, vale retomar um pouco mais do exposto por Kalecki em seu ensaio de 1943, o qual diz que uma política de manutenção de pleno emprego levada à cabo pelo governo será, a partir de certo momento, duramente combatida pelos capitalistas. Segundo Serrano e Summa (2018), o período de 2004-2014 deixou o empresariado brasileiro cada vez mais insatisfeito com os efeitos distributivos no mercado de trabalho. O aumento relativo dos salários e a suposta situação de pleno emprego passaram a ser combatidos sob a retórica de “inflação de serviços” e perda de “competitividade externa” das empresas de suas margens de lucro. A insatisfação com um governo que aparentemente tinha um compromisso de inclusão social com sua população tornou-se evidente. O momento de pressão política por parte dos capitalistas tem seu início em 2011 e seu ápice em 2015, quando este mesmo governo, que apesar de tudo sempre evitou um confronto direto com as classes proprietárias, inverte o direcionamento das políticas econômicas em favor do capital. Segundo os autores, 2015 é o ano

que marca a “breve era de ouro” da economia brasileira, com o governo Dilma acentuando ainda mais as políticas contracionistas de maneira a desacelerar o crescimento da demanda agregada.

O ponto mais importante que está em consonância com a leitura de Kalecki é colocado por Serrano e Summa em seu artigo de 2018. Na leitura dos autores, observa-se a partir de 2011 uma queda na taxa de rentabilidade e o acirramento ainda maior do conflito distributivo que já era notável durante o período de crescimento com inclusão social. De toda forma, mesmo com a queda nas taxas de lucro, a classe capitalista não deixou de investir, justamente pelos motivos apontados por Kalecki em seu artigo. Ou seja, em um cenário de demanda aquecida e acirramento do conflito distributivo, a própria concorrência entre capitais é um aspecto que mantém o nível de investimentos em um patamar elevado. Como já mencionado anteriormente, é ilógico pensar que o empresariado deixaria de expandir seu capital e abocanhar mais fatias do mercado por pura e simples “insatisfação” com as políticas governamentais. Aqui essa insatisfação se dará na forma de pressões políticas para que haja um novo direcionamento, sob a retórica ortodoxa-liberal, das políticas econômicas em favor do aumento de suas taxas de rentabilidade. É a partir deste ponto que se inicia o processo de desaceleração econômica, visto que as políticas contracionistas irão frear a expansão da demanda, afetando, ao fim e ao cabo, a taxa de investimento privado.

Esse processo tem sua continuação acelerada a partir do golpe parlamentar em 2016, quando a própria base do governo é reestruturada e esse tipo de política econômica passa a estar cada vez mais na ordem do dia. Cabe lembrar que o impedimento da presidente Dilma Roussef no ano de 2016 foi fortemente apoiada pelas classes proprietárias, seja pelos grandes monopólios de mídia, seja pela própria burguesia industrial. A própria FIESP<sup>11</sup> e outras representações do setor industrial forçaram uma saída da presidente sob a justificativa da famigerada “crise de confiança”. Essa articulação política tem em seu âmago um redirecionamento ainda mais profundo da política econômica, claramente no sentido contrário aos interesses da classe trabalhadora.

---

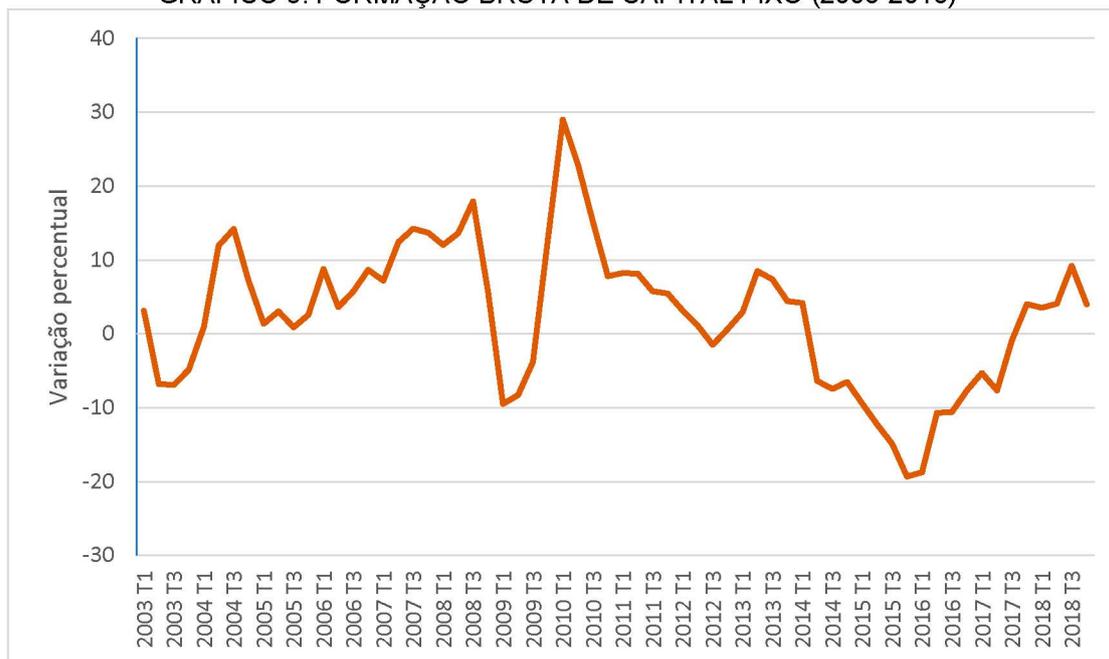
<sup>11</sup> **FIESP** e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>. Acesso em 20/07/2021.

Pois bem, voltando para o início da década, é curioso notar que o discurso oficial dentro do próprio governo Dilma, ainda em 2012, era de que a adesão à uma “nova matriz macroeconômica” operava em favor do crescimento econômico apenas no longo prazo. Ou seja, o mantra liberal de fiscalismo e desonerações não daria frutos em um futuro imediato, mas estimularia o investimento privado e o crescimento econômico nos anos que se seguiriam<sup>12</sup>. No entanto, o que é observado não é exatamente isso.

Analisando alguns dados do país nos anos seguintes, percebe-se que o nível de investimento não se comporta conforme a previsão dos economistas do governo. O GRÁFICO 5 mostra um importante componente do PIB, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), e sua evolução trimestral ao longo dos anos de 2003 a 2018. Note-se que o gráfico traz a variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe aqui destacar que a FBCF é um indicador amplamente utilizado para estimar o nível de investimento de um país, pois ele compreende parte dos investimentos que corresponde a quantidade de produtos não para serem consumidos, mas para serem utilizados dentro do processo produtivo (ou seja, capital fixo).

---

<sup>12</sup> Nova matriz econômica garantirá crescimento acelerado. **PT Senado**. <https://ptnosenado.org.br/nova-matriz-economica-garantira-crescimento-acelerado/>. Acesso em 26/07/2021.

GRÁFICO 5: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (2003-2018)<sup>13</sup>

Fonte: Ipeadata

Uma breve observação destes dados já coloca em xeque a promessa de expansão nos investimentos através da nova matriz econômica. De certo modo os investimentos vinham crescendo com estabilidade na década de 2000 (a partir de 2003), mas sofrem uma queda abrupta entre 2008 e 2009 devido à crise econômica global, chegando a cair para -9,4% em relação ao PIB e em relação ao mesmo período do ano anterior. Tem-se uma recuperação em 2010, acompanhada inclusive de crescimento do PIB no mesmo ano, mas segue com mais uma queda acentuada em 2011. Os investimentos novamente têm breve recuperação entre 2012 e 2013, quando voltam crescer 8,4% no segundo trimestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior, apenas para retomar a um patamar mais baixo ainda em 2013, no seu último trimestre (4,4%). A variação percentual do crescimento da FBCF chega a alcançar uma taxa de crescimento negativa expressiva (-19,3%) em 2015, quando se observa o auge da crise política e econômica no país e a total inversão da política econômica no sentido contracionista. Novamente em recuperação a partir do ano de 2016, quando ocorre a destituição do Partido dos Trabalhadores do governo, a FBCF voltará a cair relativamente a partir de 2018. Mesmo diante de um cenário em que há uma política deliberada de desoneração fiscal e queda da taxa de juros

<sup>13</sup> Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2021).

no início do período (a Selic volta a subir de 7,5% em 2013 para 11% em 2014), o investimento privado parece não reagir conforme a previsão dos economistas do governo. Se os estímulos fiscais e monetários ao investimento privado não surtem o efeito desejado, existem outros fatores agindo no sentido contrário. Na realidade, o que se nota a partir de 2011 é uma instabilidade na recolocação do investimento como percentual significativo do PIB brasileiro. O desaquecimento da economia, a mudança brusca do direcionamento da política econômica e a desestruturação do mercado de trabalho são fatores importantes a serem observados, estando, inclusive, em concordância com as consequências apontadas por Kalecki em seu artigo original.

Dito isso, é também a partir da mudança institucional no governo que se aprofundam ainda mais as reações do capital frente às políticas progressistas e distributivas que acirram o conflito distributivo. As propostas ortodoxas que se acentuam nesse momento, pesam ainda mais sobre a classe trabalhadora diante do conflito capital-trabalho. Mesmo antes da saída da presidente Dilma Rousseff, as pressões políticas já haviam conseguido redirecionar a dinâmica da distribuição de renda e do mercado de trabalho no Brasil. A ameaça do *impeachment* serviu como instrumento de pressão para que o governo avançasse na direção de ajustes fiscais e, se possível, de mais reformas estruturais neoliberais. Sob esse arcabouço teórico estão assentadas premissas que consideram que os entraves ao crescimento econômico são frutos de gastos públicos voltados a ganhos reais de salário e proteção social (COSTA PINTO et al., 2016). Em última análise, a manutenção do pleno emprego no longo prazo e, como consequência, o acirramento do conflito distributivo, também são obstáculos a serem combatidos pela classe capitalista. A lei da terceirização irrestrita de 2017 (Lei nº 13.429/2017) e a Reforma Trabalhista deste mesmo ano são exemplos disso. Elas trazem consigo ainda mais desestruturação em um mercado de trabalho já fragilizado. Sob a justificativa de maior liberdade econômica e que a flexibilização criaria milhões de empregos, outros milhões de trabalhadores são lançados na informalidade e no subemprego, e destituídos cada vez mais de um arcabouço de seguridade social e de distribuição de renda. Além disso, pouco se vê de eficiência nessas medidas no que tange a dinâmica do crescimento econômico do país que agora, para além da confrontação direta com a teoria econômica liberal, ao observar-se a realidade dos fatos, não traz as

soluções prometidas pelas classes empresariais, mas vira o jogo do conflito distributivo cada vez mais em favor do capital.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade política e econômica brasileira é marcada pela sua complexidade e seus frequentes períodos de grande conturbação. Conforme foi demonstrado ao longo deste trabalho, as expressões de luta de classes que se desvelam no capitalismo periférico podem transformar um período de avanço no desenvolvimento social, em grave crise econômica. Voltou-se, portanto, à análise Michal Kalecki sobre o tema para traçar um paralelo com essa realidade brasileira, apoiado em uma literatura que explora esses aspectos políticos e econômicos das duas últimas décadas no Brasil. Inicialmente já foi possível identificar que quando, em fins dos anos 2000, parecia que o caminho para o desenvolvimento estava bem definido, o acirramento do conflito distributivo levou as classes proprietárias a reagirem frente aos avanços progressistas.

Mostrou-se que essa reação não se deu exclusivamente no campo econômico, mas serviu-se de aspectos políticos para que pudesse ser executada. Se o objetivo do capital era frear o crescente poder de barganha da classe trabalhadora, ele não o faria “fechando as fábricas” em um período de forte expansão da demanda. Incapazes de se organizar em uma “greve de investimentos”, o que, economicamente (ou racionalmente) falando, não faria sentido algum, os capitalistas passam a pressionar o Estado em busca deste objetivo. Essa reação política acaba levando a adoção de políticas de austeridade, que desaquecem a economia e reprime o crescimento da demanda agregada levando ao fim e ao cabo, à crise econômica, mas ao menos com as rédeas novamente nas mãos do capital.

Identificou-se que no Brasil esse processo ocorre a partir de 2011 e se intensifica em 2014/2015, quando essas pressões políticas conseguem garantir a aplicabilidade de políticas ortodoxas. Com uma crise política e econômica cada vez mais profunda, essa pressão desemboca no golpe parlamentar de 2016, que estanca de vez a sangria do conflito distributivo ao garantir no âmbito político uma guinada neoliberal que perdura até hoje. Apesar da crise econômica não arrefecer após inúmeras reformas e políticas contracionistas, o discurso hegemônico conduzido pela classe dominante continua ecoando, mesmo que a própria realidade indique os fatos se chocando contrariamente a retórica liberal da austeridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**As empresas brasileiras na crise recente.** Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI, ed. 856, 2018.

COSTA PINTO, Eduardo *et al.* **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise.** Instituto de Economia UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

DALTO, Fabiano A. S. *et al.* **Teoria Monetária Moderna – MMT. A chave para uma economia a serviço das pessoas.** Fortaleza: Nova Civilização, 2020.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Artigo XXIII (1948).** Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III). DUDH, 1948.

FIESP e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.** <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>. Acesso em 20/07/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. **Renda – desigualdade – coeficiente de Gini.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>. Acesso em: 20 de junho de 2021

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. **Salário mínimo real.** Disponível em <http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M>. Acesso em: 28 de junho de 2021

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. **Produto interno bruto (PIB) - formação bruta de capital fixo.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38406>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

KALECKI, M. **Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego**. In: *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas (ensaios selecionados e traduzidos por J. Miglioli)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

MARCOLINO, A. HORIE, L. **Salário mínimo e mercado de trabalho: uma análise a partir do período recente**. *Revista Ciências do Trabalho*, v. nº 16, p. 1-12, 2019.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. **Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira**. Porto Alegre: Departamento de Economia, PUC-RS, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MEDEIROS, C. A. **Salário mínimo e desenvolvimento econômico**. In: BALTAR, P. et al. *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2005, pp. 13-24.

**Mudanças estruturais na indústria brasileira entre 2007 e 2015**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI, ed 855, 2018.

Nova matriz econômica garantirá crescimento acelerado. PT Senado. <https://ptnosenado.org.br/nova-matriz-economica-garantira-crescimento-acelerado/>. Acesso em 26/07/2021.

Organização Internacional do Trabalho. **Guia sobre os novos indicadores de emprego dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Genebra: OIT, 2009.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira**. *Novos estud. CEBRAP*. vol.37, n.2, p.175-189. São Paulo: 2018.

SERRANO, F. SUMMA, R. **Demanda agregada e desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research. Washington. Agosto, 2015.

TROVÃO, C. J. B. M; ARAÚJO, J. B. **Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil até 2019**. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*. v.2. Campinas: 2020.